

Aviso Legal

Capítulo de libro

Título de la obra:	A produção do território quilombola de retiro e a influência dos atores externos na reafirmação da sua identidade
Autor:	Bermudes Couthinho, Ananda y Piñon de Oliveira, Márcio
Forma sugerida de citar:	Bermudes, A. y Piñon, M. (2019). A produção do território quilombola de retiro e a influência dos atores externos na reafirmação da sua identidade. En J.J. M. Sema (Ed.), <i>Afrodescendientes, racismo, mito y cultura en Nuestra América</i> . Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe.

Publicado en el libro:

Afrodescendientes, racismo, mito y cultura en nuestra América

Cuidado de la edición: Claudia Araceli González Pérez

Preparación digital del original: Beatriz Méndez Carniado

Diseño de la cubierta: Marie-Nicole Brutus Higueta

Imagen de portada: Photo by Nathasha Daher from Pexels.

Edición ePub: Irma Martínez Hidalgo

ISBN: 978-607-30-2504-1

Los derechos patrimoniales del capítulo pertenecen a la Universidad Nacional Autónoma de México. Excepto donde se indique lo contrario, este capítulo en su versión digital está bajo una licencia Creative Commons Atribución-No comercial-Sin derivados 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional). <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.es>



D.R. © 2021 Universidad Nacional Autónoma de México. Ciudad Universitaria, Alcaldía Coyoacán, C. P. 04510, México, Ciudad de México.

Centro de Investigación sobre América Latina y el Caribe Piso 8 Torre II de Humanidades, Ciudad Universitaria, C.P. 04510, Ciudad de México. <https://cialc.unam.mx/>
Correo electrónico: betan@unam.mx

Con la licencia:



Usted es libre de:

- ✓ Compartir: copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato.

Bajo los siguientes términos:

- ✓ **Atribución:** usted debe dar crédito de manera adecuada, brindar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios. Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que usted o su uso tienen el apoyo de la licenciante.
- ✓ **No comercial:** usted no puede hacer uso del material con propósitos comerciales.
- ✓ **Sin derivados:** si remezcla, transforma o crea a partir del material, no podrá distribuir el material modificado

Esto es un resumen fácilmente legible del texto legal de la licencia completa disponible en:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.es>

En los casos que sea usada la presente obra, deben respetarse los términos especificados en esta licencia.

A produção do território quilombola de retiro e a influência dos atores externos na reafirmação da sua identidade

Ananda Bermudes Coutinho
Márcio Piñon de Oliveira

INTRODUÇÃO

A partir da publicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias adct da Constituição Brasileira (1988), a situação das comunidades quilombolas do Brasil começou a mudar. Essas comunidades até então marginalizadas, começam a se organizar em Associações Quilombolas e a reivindicar o direito de permanecer nessas terras ocupadas há gerações e que têm sido utilizadas para a continuidade de suas práticas de sobrevivência, culturais, de valores e crenças.

O processo de construção da identidade quilombola é contribuição singular para o estudo do território. Desse modo, a organização dos territórios étnicos através da análise do território, não se restringe somente ao campo de entendimento da afirmação da identidade, mas apresenta-se também como instrumento de compreensão do movimento de etnicidade e da luta pelo direito agrário, que visa à ação política transformadora contrária à “lógica capitalista” no uso e apropriação da terra. A luta pela terra é uma das estratégias utilizadas pelos membros dessas comunidades e que garante a existência desses enquanto quilombola.^[1]

No entanto, a mudança efetiva da realidade dessas comunidades quilombolas é lenta. A questão da permanência da terra segue enfrentando dificuldades. Políticas públicas ligadas à agricultura familiar e ao crescente turismo étnico cultural têm se apresentado como opções de renda. Além disso, em muitos casos, é necessária a presença de atores externos para acelerar o acesso às políticas públicas destinadas a essas comunidades.

A Comunidade Quilombola de Retiro é uma comunidade que possui um território há mais de cem anos, e com muitos atores externos atuando junto com seus moradores na produção deste território. A partir da hipótese de que a interação com esses atores externos acelerou um movimento de reafirmação da identidade quilombola em Retiro e de luta política pela defesa e regularização do território, temos como objetivo analisar se as modificações ocorridas na organização da comunidade quilombola de Retiro

^[1] Maria Albenize Farias Malcher, “Identidade Quilombola e Território”, em *III Fórum Mundial de Teologia e Libertação*, Belém, WFTL, 2009, pp. 399-421.

com os avanços no processo de reconhecimento de seu território e a influência dos atores externos contribuíram na reafirmação da identidade quilombola e do seu território.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E SEU CONTEXTO ATUAL

O direito intitulado “quilombola” emerge no cenário de redemocratização do país como um dos vetores representativos de grupos até então invisíveis no cenário político nacional. Esse movimento surge dentre os direitos emanados da Constituição de 1988, o Artigo 68 do adct prevê o reconhecimento legal dos chamados “remanescentes das comunidades dos quilombos”. A Regulamentação do Artigo 68 do adct resultou no Decreto 4887, assinado pelo Presidente da República em 20 de novembro de 2003. Segundo este Decreto, a aplicação do Artigo 68 do adct fica a cargo do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (incra), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além disto, o Governo Federal delegou à Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (seppir), órgão ligado à Presidência da República, a coordenação dos programas de desenvolvimento voltados para as áreas em processo de regularização fundiária.^[2] O citado Decreto estabelece os procedimentos para a regularização destes territórios, a partir do princípio da auto-atribuição da identidade quilombola do grupo.

Como resultado desse processo em curso, o incra, que é o órgão responsável pela regularização fundiária de Territórios Quilombolas no Brasil, aponta em seu sítio eletrônico que até o ano de 2014, existiam 1 290 processos abertos em todas as Superintendências Regionais, e foram emitidos 154 títulos de terra ocupados por remanescentes quilombolas, regularizando 1 007 827,8730 hectares

^[2] Ilka Boaventura Leite, “Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos, em Alfredo Wagner Berno de Almeida [coord.], *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*, Manaus, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA EDIÇÕES, VOL. 01, Nº. 2, 2010, pp. 18-41.

em benefício de 127 territórios, 217 comunidades e 13 145 famílias quilombolas. Resumidamente, a Política de Regularização de Territórios Quilombolas conta com os seguintes trâmites: 1) Abertura do Processo; 2) Relatório Técnico de Identificação e Delimitação; 3) Portaria de Reconhecimento do Território; 4) Decreto de Desapropriação por Interesse Social; e 5) Emissão do Título Territorial.

Um novo momento se inicia na r-existência destes grupos negros, onde adquirem fundamental importância os elementos de sua ancestralidade e seus saberes, trazidos principalmente pela memória.^[3] E o reconhecimento formal é mais um resultado de mobilizações organizadas pelos próprios agentes sociais em jogo. O que tem de ser recuperado, portanto, nessa apropriação jurídica, nessa redefinição, é como esses grupos se definem e o que praticam. Esse é o exercício que, de certa forma, nos recoloca em contemporaneidade com a nova forma organizativa que está surgindo, o movimento quilombola, e com a situação social quilombo que somente agora, a duras penas, está sendo reconhecida.^[4]

Quando discutimos identidade quilombola, território e identidade aparecem intimamente imbricados, a construção do território produz uma identidade e a identidade produz o território, este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais. A territorialização, também é construção, movimento, no tempo e no espaço. São relações entre os sujeitos com sua natureza. Essa relação é registrada pela memória, individual e coletiva, fruto e condição de saberes e conhecimentos.^[5] E complementando:

o território quilombola é entendido como resultante de elementos étnicos que se externalizam nas relações construída com e no te-

^[3] Simone Raquel Batista Ferreira, *Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES* (Tese Doutorado em Geografia) Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 522, f. 2009.

^[4] Alfredo Wagner Berno de Almeida, “Os quilombos e as novas etnias”, em Eliane Cantarino O’Dwyer [coord.], *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*, São Paulo, ABA/FGV, 2002, pp. 43-81.

^[5] Farias Malcher, *op. cit.*, p. 402.

ritório. Trata-se da reinvenção de elementos étnicos-culturais que conduzem a vida e dão sentido de pertencimento ao lugar. Dessa forma, a terra na condição de território étnico, tem assegurado, ao longo do tempo, o sentimento de pertença, de identidade, a um lugar e a um grupo, a posse coletiva da terra e o desenvolvimento coletivo. A especificidade do modo de vida demonstra existirem elementos comuns ao universo camponês brasileiro, e ao mesmo tempo, existem elementos que os diferenciam pela condição étnica e historicamente particular. Podemos dizer que a identidade quilombola se coloca diretamente no interior do campo étnico e ao mesmo tempo se define num campo de relações sociais e políticas.^[6]

Embora por tradição a dimensão privilegiada nos estudos sobre território seja a dimensão política, o simbólico-cultural sempre esteve presente.^[7] Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s).^[8]

Mais do que território, territorialidade é o conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural.^[9] A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada aos modos como as pessoas utilizam

^[6] *Ibid.*, p. 9.

^[7] Rogério Haesbaert, “Território, Cultura e Des-Territorialização”, em Zeny Rosendahl y Corrêa, Roberto Lobato [coords.], *Religião, Identidade e Território*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.

^[8] Rogério Haesbaert, “Da Desterritorialização à Multiterritorialidade”, em *Encontro de Geógrafos da América Latina*, 10, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005, pp. 6774-6792.

^[9] Rogério Haesbaert, *O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.^[10]

Ao falar-se em territorialidade estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote as características do território. Muitas relações podem ser feitas, a partir do próprio sufixo da palavra, com a noção de identidade territorial. Isto significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política.^[11] E é nesta perspectiva integradora que o território será considerado neste trabalho.

Na aplicação do Decreto 4887/2003, onde as comunidades quilombolas têm-se mobilizado para garantir suas terras e o reconhecimento de sua identidade, percebemos um novo fato, que é a associação do território e da identidade em um mesmo processo, pois até então, o fator étnico não havia sido considerado na estrutura fundiária brasileira.

A identidade étnica é uma forma específica (particular) de identidade social, sendo uma ideologia que proporciona hegemonia ao grupo e ao seu projeto político que é construído em relação a outros atores e grupos sociais.^[12] A identidade étnica é entendida a partir das relações sociais, onde os membros de um grupo étnico se identificam e são identificados como tal. Os elementos da cultura (costumes, rituais e valores comuns), embora sofram variações no tempo e no espaço, são empregados pelos membros de um grupo étnico para delimitar a forma de organização social.^[13] A identidade étnica é entendida como uma forma de estabelecer interações e

^[10] Rogério Haesbaert, “Território e Multiterritorialidade: um Debate”, em *GEOgraphia*, núm. 17, Niterói, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2007.

^[11] Haesbaert, *O Mito...*

^[12] Roberto Cardoso de Oliveira, *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, São Paulo, Pioneira, 1976.

^[13] Osvaldo Martins Oliveira, *O Projeto Político do Território Negro de Retiro e suas lutas pela Titulação das Terras*, 2005 (Tese Doutorado em Antropologia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 396 f.

trocas entre os membros da sociedade e que comunica uma diferença.^[14] Na relação entre etnia e o território, destacamos que:

Uma etnia existe, primeiramente, pela consciência que tem de si mesma e pela cultura que produz. É em seu seio que se elabora e se perpetua a soma de crenças, rituais e práticas que fundam a cultura e permitem que os grupos se reproduzam. Em outras palavras, a etnia é aquilo que em outros lugares é denominado de grupo cultural, mas cujos contornos nas civilizações tradicionais são fortes porque estão frequentemente ligados a uma expressão política —circunscrições de chefes tribais, reinos, eventualmente nações— e geográfica, isto é, um território, ou pelo menos uma certa área de ocorrência espacial.^[15]

Portanto, o território se torna fundamental para a existência e reprodução dessas etnias e grupos culturais. A identidade é algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato; assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. E esse processo, ocorre no território de determinada comunidade, povo ou nação.^[16]

Além dos conceitos de território e identidade, o conceito de autonomia, também requer nossa atenção, pois historicamente muitos quilombos se mantiveram autônomos, e atualmente é o que tem buscado as comunidades quilombolas, não apenas no sentido territorial, mas também socioeconômico. A análise da territorialidade será uma mediação crucial entre a discussão da autonomia, de um lado, e a discussão da legitimidade da identidade e da alteridade

^[14] Fredrik Barth, *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.

^[15] Joël Bonnemaison, “Viagem em Torno do Território”, em Zeny Rosendahl y Roberto Lobato Corrêa [coords.], *Geografia Cultural: um século (03)*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002, pp. 83-131.

^[16] Stuart Hall, *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro, DP&A, 1997.

sociais, do outro.^[17] O autor Marcelo Lopes de Souza, que fala do princípio da autonomia, ao interpretar o filósofo Cornelius Castoriadis coloca que:

a heteronomia ocorre quando as leis e normas que regem uma sociedade são deliberadas não pelo conjunto dos indivíduos pertencentes a essa sociedade de maneira lúcida e com conhecimento de causa, mas impostas de cima para baixo (opressão interna), de fora para dentro (opressão externa) e/ou divinizadas ou naturalizadas. À heteronomia se contrapõem a autonomia, que apresenta duas faces: a individual (capacidade psicológica e possibilidade material e institucional efetiva de o indivíduo estabelecer fins para sua existência e persegui-lo de modo lúcido, em igualdade de oportunidades com outros indivíduos da mesma sociedade) e a coletiva (presença de instituições sociais que garantam igualdade efetiva – e não apenas formal – de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente para a participação em processos decisórios relevantes na regulação da vida coletiva).^[18]

A autonomia (coletiva) interna designa as condições efetivas de liberdade no interior de uma sociedade dada, e a autonomia (coletiva) externa, designa a liberdade de uma sociedade em face de outras.^[19] A operacionalização da autonomia requer, adicionalmente, uma espacialização. O território encerra a materialidade que sustenta a vida, condiciona as práticas sociais e referencia processos identificatórios, embora não seja a materialidade em si: o território é um campo de força, uma projeção de relações de poder sobre um substrato espacial referencial. É em torno de territórios, ou melhor, do que eles contém ou simbolizam, que muitas identidades particu-

^[17] Marcelo Lopes Souza, “¿Território do outro, problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético *versus* relativismo cultural”, en Zeny Rosendahl y Roberto Lobato Corrêa [coords.], *Religião, Identidade e Território*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001, pp. 145-176.

^[18] *Ibid.*, pp. 158 y 159.

^[19] *Ibid.*, p. 160.

lares, associadas a culturas ou a subculturas, constroem-se e reconstróem-se todo o tempo.

Portanto, reconhecer a identidade de um “remanescente das comunidades dos quilombos” e o território a ela relacionado, é possibilitar sua existência, sua produção e reprodução cultural. Pois apesar de todo esse movimento de reconhecimento de posse das terras, essas comunidades negras continuam enfrentando o problema da permanência de seus membros na terra devido à falta de sustentabilidade econômica. E uma vez que existe uma ruptura nesses laços ancestrais onde são passados a cultura e modos de produção, ocorre um enfraquecimento na afirmação da identidade quilombola e conseqüentemente do seu território.

A conquista do território é uma etapa de muita luta, posteriormente, a manutenção desse patrimônio coletivo associado às suas formas próprias de organização e apropriação dos recursos naturais, é outra etapa, que tem como objetivo final a cidadania e dignidade obtidas através da autonomia dessas comunidades. Essa autonomia, na maior parte dos casos, está por acontecer. Nesse processo cotidiano, da produção do território quilombola, diversos atores vêm atuando de variadas formas: desde processos de empoderamento dessas comunidades, à ações paternalistas, gerando acomodação em outras situações. Mas no momento inicial, de alavancada rumo aos direitos previstos para essas comunidades, têm sido importante a participação de atores externos.

ATORES EXTERNOS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O processo de titulação das comunidades quilombolas envolve instituições como o Incra e a Fundação Cultural Palmares, além de um antropólogo para realização do laudo antropológico. Ademais, a construção coletiva deste processo tem envolvido a mobilização e interação entre diferentes atores e movimentos sociais, tais como representantes comunitários, agentes institucionais, professores e pes-

quisadores, movimentos sociais relacionados à proteção dos direitos humanos, questões raciais e culturais.^[20]

Pelo que temos visto, a atuação desses atores externos envolve uma gama de ações que podem ir desde a regularização do território, à construção de imagens e discursos, à projetos culturais e de geração de renda. De forma geral os atores externos têm tido uma grande contribuição no processo de titulação dos territórios nas comunidades quilombolas, seja na parte inicial, do pedido de declaração de auto-reconhecimento e até mesmo no desenrolar do processo, além de outras ações de orientação e apoio ao acesso às políticas públicas específicas para quilombolas. Apesar da legislação vigente, que regulamenta o procedimento para titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, esses sujeitos, em sua maioria, não estavam prontos para assumir o papel cidadão de luta por direitos, pois estiveram mais de cem anos na margem da sociedade.

No Quilombo do Campinho (no Estado do Rio Janeiro), diversas ações de resgate a memória quilombola e da reconstrução da identidade começam a ser desenvolvidas através da atuação de agentes externos de diversas instâncias. Esse processo de reconstrução de saberes, contribuiu para o auto-reconhecimento dessa comunidade como remanescente de quilombo, o que implicou em reativar memórias sociais que remetiam a escravidão, que eram memórias traumáticas, porém num momento em que torna-se importante a busca pela questão étnica.^[21]

Com a nova adequação e ressignificação do termo quilombo, proveniente desse processo em pauta, entretanto, fora imposta, aos quilombolas, a necessidade de se comprovarem, sobretudo culturalmente, como remanescentes. Esse fator tem demandado a par-

^[20] Ilka Boaventura Leite, “Quilombos no Brasil, Questões Conceituais e Normativas”, em *Textos e Debates* NUER, núm. 7, Santa Catarina, UFSC, 2000, pp. 1-38.

^[21] Thaís Rosa Pinheiro, “O Turismo Étnico de Base Comunitária e a reconstrução da Cultura Quilombola: o caso do Quilombo do Campinho da Independência”, em VIII Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, Fórum Internacional de Turismo do Iguassu/Foz do Iguaçu, 2014.

ticipação de atores externos a esses grupos em alta escala, como a academia, para que essa comprovação ou leitura do cotidiano dos quilombolas seja feita, a fim de que se detectem características culturais que os liguem a seus ancestrais e os coloquem, de fato, no papel de beneficiários dos direitos atribuídos por lei.^[22]

Como é sabido, o processo de titulação é complexo, e por isso os quilombolas não têm conseguido sozinhos, encaminhar todos os passos necessários para chegar ao final do processo do título de terras, o mesmo ocorre com as políticas públicas destinadas a essas comunidades, que não chegam a ser acessadas pelos mesmos na maioria das vezes. Atualmente, pelo que temos observado, a maioria das comunidades que consegue se destacar no acesso aos direitos das comunidades quilombolas e também na execução de projetos, têm tido a parceria e atuação de atores externos em seus territórios. A intervenção de agentes externos nas comunidades quilombolas contribui, para a mediação em prol de ações afirmativas, e que estas ações são importantes no sentido de que as comunidades quilombolas tornam-se beneficiárias das políticas afirmativas, compensando por meio delas uma situação de desvantagem e desprestígio histórico tendo em vista que estão à margem social.^[23]

No entanto a atuação desses atores externos deve ser analisada com cuidado, quando passam a interferir no processo de autonomia e empoderamento das comunidades. Haydeé Borges Fonseca, que estudou os Quilombolas de Jambuaçu, cita uma reflexão do Relatório bambaê, sobre as atividades das comunidades quilombolas do Território Jambuaçu sobre o que está sendo interpretado por autonomia:

^[22] Alexandra Santos, “O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola”, em *Intratextos*, número especial 3, Rio de Janeiro, 2012, pp. 54-71.

^[23] Adéli Casagrande Canto, *Quilombos e materialização de direitos através das Políticas Públicas: um estudo sobre o Recanto dos Evangélicos*, Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Santa Maria, Centro de Ciências Rurais-Universidade Federal de Santa Maria, 2008, 155 f.

Para garantir a autonomia local, o papel dos agentes externos deve ser de apoiar os agentes locais para que tenham seus domínios individuais estimulados a assumirem o processo de intervenção e, desse modo, assegurar a mudança. A continuidade do apoio de agentes externos, e não os externos como condutores do processo, é uma importante condição para o processo de intervenção.^[24]

Assim sendo, atores externos, projetos temporários e investimentos pontuais podem apoiar, impulsionar e acelerar os processos de mudança. Mas essencialmente são as pessoas que habitam o território que promovem —ou não— o desenvolvimento local.^[25]

ÁREA DE ESTUDO

A Comunidade Quilombola de Retiro, objeto dessa pesquisa, está localizada no distrito de Mangaraí, município de Santa Leopoldina no Estado do Espírito Santo/Brasil, e é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares. Em uma área de 32,15 alqueires, com mata atlântica em seu entorno, é formada por aproximadamente 250 descendentes do ex-escravo Benvindo Pereira dos Anjos (1834-1919).^[26] Benvindo foi trazido da África e, com sua mulher escrava alforriada, vinda de Angola, teve seis filhos. Depois de anos de trabalho comprou uma área de terra no ano de 1912, com dinheiro de venda de artesanatos feito por sua mulher, e a batizou de “Retiro”.^[27]

Esta comunidade está inserida num município cuja maioria da população é descendente de europeus, sendo identificadas 13 etnias

^[24] Haydeé Borges Fonseca, *Quilombolas de Jambuaçu: seus saberes e educação como fator de politização e identidade*, Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-Universidade Federal do Pará, 2011, 119 f.

^[25] Ministério do Desenvolvimento Agrário, *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul*, Bahia, 2010.

^[26] COEP, IBASE Y FURNAS, *Plano de Ação de Desenvolvimento Comunitário de Retiro*, Rio de Janeiro, Tameirão, 2006.

^[27] Martins Oliveira, *op. cit.*, p. 66.

diferentes incluindo alemães, italianos, pomeranos, luxemburgueses, tirolese e outros.^[28] E este grupo, então, de afrodescendentes representa a resistência dessa minoria negra neste município.

Apesar da Comunidade de Retiro estar localizada numa área que foi comprada, o que traz certa autonomia em relação a essa questão, a mesma enfrenta os problemas comuns de outras comunidades quilombolas no que diz respeito à afirmação do território envolvendo a continuidade das práticas tradicionais e a manutenção da sua identidade quilombola, além das práticas de subsistência ligadas ao cultivo da terra. As terras em que vivem os herdeiros do Benvindo são insuficientes à permanência de todos. Em decorrência dessa falta de terra e de condições de sobrevivência, uma estratégia adotada tem sido a migração em busca de trabalho, principalmente dos jovens, liberando, assim, o espaço para quem fica.^[29]

A comunidade é representada pela “Associação Quilombola dos Herdeiros do Benvindo Pereira dos Anjos”, e provavelmente por estar localizada próxima à região metropolitana de Vitória, capital do Espírito Santo, tem atraído diversos atores externos institucionais que atuaram ou estão atuando na comunidade.

Além disso, a comunidade tem uma demanda espontânea de turismo pedagógico, recebendo grupos de estudantes (do primário à universidade) que buscam conhecer a cultura quilombola, como casa de estuque, casa de farinha, banda de congo, pratos típicos, trilha na mata atlântica dentro da área da comunidade, cachoeira e o grupo cultural. No verão também é aberta a cachoeira, atraindo muitos turistas, sem que se tenha uma estrutura adequada. A organização do turismo na comunidade contou com o apoio do projeto “O Quilombola”, do qual participamos, e que será comentado adiante.

Sobre a questão territorial, existe atualmente no incra um processo de ampliação da área da comunidade de 138 hectares de terras para 519 hectares visando reincorporar áreas da comunidade

^[28] Ananda Bermudes Coutinho, “Da Utopia à Realidade: a construção do sonho quilombola em Retiro, ES”, em Carlos Eduardo Matheus [coord.], *Educação Ambiental: transformando utopia em realidade*, São Carlos, RiMa Editora, 2012, pp. 107-117.

^[29] Martins Oliveira, *op. cit.*, p. 125.

que foram perdidas em conflitos com vizinhos. Esse processo caminhou até a emissão do Decreto de Desapropriação por Interesse Social, em 2009, e desde então, aguarda-se a emissão do Título de Terra, que seria a última etapa da Política de Regularização de Territórios Quilombolas no incra.

METODOLOGIA

Estivemos presente sete anos na Comunidade Quilombola de Retiro, atuando através do Grupo de Capoeira Angola Volta ao Mundo, portanto estamos dentro da gama de atores externos atuantes nessa comunidade. Durante este tempo, além da Capoeira Angola, também desenvolvemos outras atividades, como o Projeto “O Quilombola: desenvolvimento através da cultura e preservação ambiental”, que teve uma duração de quatro anos e contou com outros atores na sua execução, como a Associação Ambiental Voz da Natureza e EDP Escelsa —Espírito Santo Centrais Elétricas; além de outros parceiros como Projeto Corredores Ecológicos/Ministério do Meio Ambiente; Instituto Capixaba de Ecoturismo (ICE); e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Dessa forma, estivemos presente semanalmente na comunidade durante a maior parte desse tempo, o que nos possibilitou participar ativamente de muitos momentos marcantes, além de observar iniciativas comunitárias, e também acompanhar a gama de atores externos, projetos e ações que por aí passaram.

Foi realizada pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas com pessoas chaves da comunidade que representam grupos distintos em relação à faixa etária, religião, e posicionamento político. No entanto, como já conhecíamos o cotidiano dessa comunidade e alguns dos problemas enfrentados, essas entrevistas também tinham o objetivo de levantar algumas questões importantes e trazer nossos entrevistados para uma reflexão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os atores que presenciamos que vem atuando ou atuaram na Comunidade Quilombola de Retiro direta ou indiretamente ao longo desses sete anos estão:

1. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
2. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).
3. Centrais Elétricas S.A. (furnas).
4. Comitês de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (coep).
5. Grupo de Capoeira Angola Volta ao Mundo.
6. Associação Ambiental Voz da Natureza.
7. Escelsa—Espírito Santo Centrais Elétricas (edp).
8. Projeto Corredores Ecológicos/Ministério do Meio Ambiente.
9. Instituto Capixaba de Ecoturismo (ice).
10. Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (secult).
11. Instituto Sincades - Instituto de Ação Social e Cultural Sincades,
12. Ministério da Cultura (minc).
13. Prefeitura de Santa Leopoldina.
14. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (senar).
15. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo (fetaes).
16. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (incra).
17. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (incaper).
18. Igreja Católica.
19. Igreja Evangélica.
20. Movimento Negro.

No entanto, nas entrevistas com os moradores, alguns desses atores externos não foram lembrados. As instituições citadas com as ações correspondentes estão na Tabela 1.

Dentre as observações em campo, uma que sempre me chamou muito a atenção foi a repetição por diversas pessoas de que *aqui em Retiro nada vai prá frente*. Quando completamos três anos de trabalho com o Grupo de Capoeira Angola Volta ao Mundo, começamos a escutar que *vocês são o primeiro grupo que fica aqui e dá certo, pois aqui tudo começa, mas não continua*. Essa observação de alguns moradores nos leva a alguns questionamentos como: o que se espera desses atores externos? Qual o tempo de permanência ideal, na visão dos moradores, desses atores externos e projetos que vem de fora?

Os depoimentos dos líderes comunitários mostra uma visão diferente, considerando um ciclo que se fechou quanto à ação do IBASE e FURNAS, através do Projeto Núcleo de Integração, que durou aproximadamente seis anos:

Foi muito importante, porque a nossa comunidade ela tava muito parada, ela tava parada, aí, com esse projeto de furnas, coordenado pelo ibase, veio para poder [...] capacitou a gente [...] porque nós távamos num processo, que em 2003, nós pegamos [...] foi a primeira vez que nós entramos como diretor da Associação, 2003 [...] metemos a cara e entramos, e aí não tinha muita base, né? Num tinha mexido com isso ainda, aí começamos a se integrar com relação a isso, quando foi 2005, aí veio esse projeto de furnas, e aí dentro do desse processo aí, nós começamos a se capacitar, ajudou muito a gente, capacitou muito a gente para poder a gente trabalhar com a Associação, trouxe cursos assim importantes para as lideranças da comunidade, veio cursos, oportunidades aqui prá caramba, aproximou o poder público da gente, municipal, estadual até na época, e aí nós, nós conseguimos assim dar alguns passos [...] hoje a gente já tem uma visão diferente, a gente já tem uma visão mais larga, mais aberta, com relação a tudo isso, e aí a gente, hoje a gente consegue mais tranquilo trabalhar, trabalhar a questão, essas questões [...] na [...] na comunidade [...] a questão da associação [...] mas o projeto foi muito importante, muito importante mesmo foi de 2005, ficou

TABELA 1: ATORES EXTERNOS ATUANTES
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RETIRO E AÇÕES

<i>Atores Externos</i>	<i>Ações</i>
1. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). 2. Centrais Elétricas S.A. (FURNAS).	Projeto Núcleos de Integração: <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos Dirigentes da Associação Comunitária • Elaboração do Plano de Ação da comunidade • Telecentro • Construção do Centro de Referência Cultural e Turístico Quilombo do Benvindo
3. Grupo de Capoeira Angola Volta ao Mundo; 4. Associação Ambiental Voz da Natureza (Projeto "O quilombola"); 5. EDP/Escelsa-Espírito Santo Centrais Elétricas (Projeto "O quilombola")	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento cultural, da identidade quilombola e da própria história da comunidade através de atividades culturais que envolvem e valorizam crianças, adolescentes e jovens, através da Capoeira Angola, Percussão, Dança Afro e Maculelê • Capacitações • Projeto de Turismo Étnico, Cultural e Ambiental • Ações estruturantes e compra de equipamentos • Educação Ambiental
6. Instituto Capixaba de Ecoturismo (ICE). 7. Projeto Corredores Ecológicos/Ministério do Meio Ambiente,	Intercâmbio com Comunidade Quilombola de Monte Alegre Curso de Condutores em Ecoturismo
8. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). 9. Prefeitura de Santa Leopoldina	Curso de Artesanato com Fibras de Bananeira Curso de Corte e Costura
10. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Espírito Santo (FETAES).	Horta do Projeto "País – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável" / Programa de Reaplicação de Tecnologias Sociais
11. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER).	Projetos agrícolas para geração de renda e subsistência
12. Movimento Negro	Projeção externa da comunidade através da Caminhada dos Zumbis Contemporâneos
13. Igreja Católica	Religiosa
14. Igreja Evangélica	Religiosa
15. Universidade Federal do Espírito Santo e Fundação Cultural Palmares (UFES)	Processo de auto-reconhecimento
16. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).	Processo da titulação das terras
17. Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (SECULT).	Projeto da peça teatral "Somos Todos Bem-vindos"

uns cinco anos, de 2005 a 2000 [...] não, foi mais até, é [...] uns cinco, seis anos [...] 2011 por aí [...]. (Líder 1).

Foi importante, porque [...] para muitos talvez não, mas para a gente que sempre está de frente, né? teve aquela questão de organização né? a gente já se organizava, mas ter mais conhecimento para ir se organizando, como a questão da formulação daquele Plano de Ação [...] tivemos intercâmbio com outras comunidades, até mesmo outros povos igual o nosso [...]. Foi muito importante para nossa comunidade a passagem deles por aqui (Líder 2).

O mesmo se passa com o Projeto “O quilombola”, que teve um ciclo e terminou. Atualmente, mesmo havendo alguns pontos do projeto para serem concluídos, como a finalização da trilha ecológica, a comunidade já colhe os frutos. Os moradores recebem a demanda do turismo pedagógico (universidades e escolas) de forma profissionalizada e essa atividade é conduzida pelos jovens. Tal projeto é reconhecido pelos moradores, conforme podemos verificar na fala do Morador A [...] *acho que o que mais contribuiu foi com o envolvimento com os jovens, porque antes tinha poucas ações que [...] para os jovens fazer alguma coisa, alguma atividade, e com esse projeto, olhando aqui, a gente teve oportunidade de fazer várias coisas, várias atividades, aprender muita coisa [...].* Essa visão é compartilhada com outros moradores:

Visibilidade das [...] cultura da comunidade, no município, o reconhecimento de, das entidades do município, reconhecer a comunidade, tem muita gente que ouve falar em quilombola, mas não sabia o que era, hoje eles já sabem [...] é outro fator também que eu acho [...] assim [...] ajudou muito no crescimento aí desses jovens [...] conhecer [...] conhecimento de [...] que muitos viviam fechados aqui na comunidade [...] contribuiu acho muito com desenvolvimento dessas crianças aí, os jovens [...] e pra comunidade (Líder 1).

No meu ponto de vista, acho que a influência maior, foi resgatar, né? Mostrar para a própria comunidade a sua própria história, que por mais que as pessoas já sabiam, dos..., já sabem dos antepassados, toda a história dos antepassados, só que tinha se perdido um

pouco, né? No tempo... assim... as pessoas não tinham parado para juntar tudo, né? E fazer um trabalho tão legal quanto foi o projeto. Esse projeto veio trazer acho que uma força a mais para a comunidade, uma identidade maior, né? ... a contação de história teve vários momentos, né? Momentos de contação de história dentro da comunidade para os moradores, e teve momentos para grupos que vinham visitar, né? Acho que as duas partes foram de muito aproveitamento (Moradora R).

E dentro do Projeto “O Quilombola”, a parte do turismo se destaca, sendo bem visível para aqueles que participaram do processo:

(o curso de condutores em ecoturismo) ajudou a gente se soltar mais, conhecer mais um pouco da nossa história, a gente conhece, mas a cada dia a gente vai conhecendo mais quando vêm esses alunos... porque às vezes eu levo eles na casa do meu vô Mário, meu vô Mário conta uma história que as vezes eu já tinha escutado mas de forma diferente pela Tia Cecília, ele já conta de outra forma, e cada dia mais vai ajudando, esse curso ajudou muito (Moradora D).

Além dos líderes comunitários, de uma forma geral, os entrevistados reconheceram as parceiras e apoios recebidos. Uma das entrevistadas realça as mudanças após a comunidade receber a Certidão de Auto-Reconhecimento da Fundação Cultural Palmares:

Melhorou bastante, sabe por quê?... vários projetos, várias coisas na comunidade começou depois disso aí, porque é uma garantia que nós tivemos, né? [...] É quilombola, mas ninguém sabe né? Se é ou não [...] depois da titulação, do certificado direitinho, você tem como... ficar mais garantido, provar que você é quilombola, que você tem direito [...]. (Moradora P).

Sobre as iniciativas comunitárias, temos conhecimento de ações de melhorias estruturais e outros como, por exemplo, a “Rochada da Divisa”, quando anualmente os membros da comunidade se organizam para limpar os limites do território da comunidade. E também observamos a organização de algumas festas comunitárias para a arrecadação de fundos para melhorias na comunidade. Destacamos também que durante o período das entrevistas, registramos a ocorrência de uma obra em regime de mutirão para reforma da cantina do Centro Comunitário, assim como foi feita uma mobilização na comunidade para a construção de uma casa para uma família, que seria a última a viver em uma casa de pau a pique, obtendo todo material de construção e mão de obra, como comenta o Líder 1 que [...] *foi uma obra de orgulho da gente mesmo [...] se a gente quisesse, todo ano fazia uma casa para aqueles que precisam [...] foram 30 dias [...]*.

No entanto, sobre determinados temas e algumas iniciativas de empoderamento, observamos que existe uma autocrítica em relação a essa questão, conforme fala do Líder 3 [...] *mas a questão de Retiro hoje, é como se fosse acomodado, várias as pessoas não querem [...] o mais que você bata na porta e fala assim “vamos fazer isso” aí começa, mas depois não quer fazer mais, as vezes, não é tanto é falta de interesse assim de liderança, é mais a questão que o povo as vezes não quer*. Em relação à parte da agricultura e a ação dos moradores, seguem outros relatos abaixo:

igual o PAA, que a gente recebe, a gente recebe alimento, invés de estar vendendo alimento. Isso foi um erro muito grande assim da parte nossa [...] a gente tá recebendo uma tal de cesta verde aí que eles tão falando, mas não é cesta verde [...] é [...] são alimentos do PAA, aí o que que acontece, a gente deixou de produzir para vender, para receber de graça [...] tinha 19 pessoas aqui dentro [...] vem doce, vem banana, vem aipim, vem [...] vem cenoura, tomate, é uma cesta, aí o que que acontece: automaticamente quando você dá o alimento para a pessoa, ela não vai mais produzir, né? porque você já está recendo de graça [...] aí foi um erro muito grande da gente, mas só que pelo menos matou a fome um pouco do pessoal, né? Aqueles que [...] vamos supor aqueles que não tinham uma verdura assim toda 6^a feira

em casa, tem agora [...]. (Líder 3, sobre o Programa de Aquisição de Alimentos PAA).

[...] eu achei também bem interessante para a comunidade, pena que não foi mais a frente, foi aquela horta orgânica, a horta [...] pais, do sindicato [...] eles que fizeram uma lá [...] meu grupo [...] nós começamos uma ali, só que não terminou [...] nós começamos a fazer ali, aí teve os pés de algumas frutas que morreram, aí depois [...], não sei ao certo porque o grupo da gente não continuou [...], mas começou a desandar [...] (Moradora R).

[...] aconteceram umas coisas que as pessoas, não [...] não [...] começava uma roça aqui nessa vargem, começava um cultivo, cultivo na vargem, mas as coisas não iam para frente, então, o povo daqui, ao invés de conseguir acreditar que poderia crescer, só iam desacreditando, acho que foi por isso que muitos têm medo de [...] de entrar ali, “eu quero isso, isso e isso”, e depois acontecer o que aconteceu no passado, né? (Líder 2).

O Líder 1 comenta que os jovens tem que se apropriar mais da questão do turismo, uma vez que são os mesmo que estão na condução da atividade, e coloca que *eles querem retorno muito rápido, eu falei com eles “olha, isso não é assim da noite para o dia não, tem que batalhar, tem que buscar”*. Sobre essa questão do turismo de base comunitária, comentamos sobre esse processo dentro das comunidades:

pode-se reconhecer o contexto de desenvolvimento do turismo como um ambiente multidimensional em que o empoderamento de uma comunidade é caracterizado pela convergência de vários fatores: atuação de agentes/especialistas externos ao contexto local; interesse da comunidade para aprender e decidir sobre suas escolhas; capacidade de implementação das decisões comunitárias; responsabilização pelos resultados positivos ou não das opções feitas.^[30]

^[30] Robson Pereira Lima, Andrea Ribeiro Ayres y Roberto Bartholo, “Turismo de Base Comunitária sob a perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento: O caso da Praia do Sono”, em *Seminário Internacional de Turismo, 11*, Curitiba, OBSTUR/UFPR/Universidade Positivo, 2009.

O “Centro de Referência Cultural e Turístico Quilombo do Benvindo” possui uma área para restaurante e loja, e foi inaugurado em janeiro do ano de 2014, sendo que já estava pronto algum tempo antes e poderia estar gerando renda para a comunidade; mas ainda não está funcionando, e aparentemente não é uma prioridade para alguns moradores, que aguardam uma solução sem se envolver muito, conforme pode ser verificado pela fala da Moradora D: *Pelo que eu sei é que precisa de um documento para poder abrir lá e a gente não tem esse documento... acho como se fosse como uma procuração, sei lá, alguma coisa assim, para poder conseguir abrir;* e da Moradora R: *[...] o restaurante ali, né? é uma obra e tanto, pena que tá fechado [...] teve uma época que eu conversei com Wallace, e ele falou assim que é porque não tinha energia, e agora tem energia e está tudo lá dentro, e agora não sei o porque que até agora não está funcionando.* No entanto, há outros moradores que buscam mais informações:

[...] no CNPJ da nossa Associação, ela é uma comunidade sem fins lucrativos, aí, o que que acontece, a gente não pode pegar uma verba alguma coisa assim e começar a trabalhar e cobrar do povo, é como se fosse essas coisas que vir a adquirir, adquirir como se fosse no coletivo ali, agora, precisa mexer no CNPJ e fazer o registro do restaurante, isso aí o Wallace não fez ainda, porque faz lá na Receita Federal [...] um novo cnpj, aí é um negócio que tá abrindo, não é sem fins lucrativos, ali é para tirar lucro, ali é trabalho [...] um novo CNPJ, um novo registro ali [...] aí a obra foi destinada a um restaurante, agora [...] tem que sentar e estudar o que que vai ser ali, especificar certinho [...] a vigilância sanitária já veio ali, só vai liberar depois que fizer esse registro (Líder 3).

[...] Wallace falou assim que eles foram lá pedir, pegar o alvará, é alvará que fala? Para poder funcionar, aí como deu aquela enchente e entrou água lá dentro, que não tem condições de funcionar o restaurante, isso foi o que eles falaram [...] são coisinhas que você não consegue entender por quê [...] aí o pessoal vem de furnas, quer que bote para funcionar, de qualquer jeito tem que funcionar, mas esse alvará não tinha saído ainda, não sei o Wallace vai conseguir alguma coisa, mas [...] tinha saído ainda não [...]. (Moradora P).

E em relação ao processo de ampliação do território, que se encontra paralisado, a maioria dos entrevistados não sabe ao certo porque parou o processo, e um dos entrevistados considera que sozinho não são capazes de avançar nessa questão: *Porque aqui é assim, como a gente é uma comunidade assim, quilombola, se não for alguém grande por trás mexer, for só a gente só, você não consegue nada [...].* (Moradora P).

Foi apontado também que a Igreja Evangélica tem influenciado nas práticas culturais, além de ter entrado em confronto direto com o Grupo de Capoeira, conseguindo inclusive o afastamento de alguns alunos:

[...] influencia, acho que influenciou, acho que impactou a comunidade como um todo, entendeu? ... parece que enfraqueceu o lado histórico da comunidade depois disso... o todo da comunidade, o todo [...] eu via antes, é [...] hoje eu não vejo (mais interesse) [...] mutirões à festas, entendeu? festas de [...] festas tradicionais, festas religiosas, tudo, mutirão, tudo, tudo, tudo [...]. (Moradora R)

[...] tem o conflito, né? Porque, por exemplo, congo, principalmente maculelê, né? Eles entendem que essas manifestações, né? Tem muito a ver com aquelas religiões afrodescendentes, por exemplo [...] é [...] então eles ligam uma coisa com a outra, então eles acham, por exemplo, quando a criança tá lá dançando o maculelê, eles acham que está chamando um Deus estranho [...] e é uma coisa que eles conversam com as crianças, eles ensinam [...] é [...] na verdade a gente sabe que quando a criança pergunta é porque ela já ouviu, né? Um comentário [...] ela não pergunta do nada [...] então ela já perguntou dessas coisas do maculelê, do congo, se quando a gente tá tocando lá, tá chamando alguém [...] para que a gente tá tocando? essas coisas [...] interfere sim [...] no caso a gente não [...] é [...] tenta não ter esse combate, ficar discutindo sobre isso, até porque quando a igreja surgiu aí, a presbiteriana, já existia congo, já existia a católica há muito tempo, né? Então se tem intruso, no caso são eles, de fora... e aí a gente entende que não tem uma [...] é [...] envolvimento religioso nessa manifestação cultural, então a gente meio que releva, deixa eles falar [...] por exemplo as pessoas que eles conseguem converter, aí já fica contra, né? (Morador A)

foi uma perda muito grande para a nossa comunidade essa igreja aí vir a ficar fixada aqui [...] mas que derrubou a autoestima, derrubou [...] vamos supor, que o congo não tem mais, as festas tradicionais de São Judas Tadeu, puxada de mastro, acabou [...] isso aí tudo era alavancado pela Associação [...] agora não tem mais uma fogueira, muito difícil ter uma quadrilha junina [...] então é complicado, seguir a Deus a gente tem que seguir, mas esquecer as nossas tradições [...]. (Líder 3)

Importante assinalar que a Festa do Padroeiro da Comunidade, de 2014, ocorreu na semana seguinte após as entrevistas e teve grande participação da comunidade e contou com apresentações de Capoeira Angola, Dança Afro e a Banda de Congo. Representantes do grupo evangélico não foram vistos porque se dedicavam a outra atividade. Portanto, existe uma disputa de espaço contínua dentro da comunidade nesse aspecto.

CONCLUSÃO

O reconhecimento de Retiro como “Remanescente das Comunidades dos Quilombos” pela Fundação Cultural Palmares abriu muitas portas para a comunidade, como oportunidades e investimentos que passaram a ser ofertados, e também contribuiu para o fortalecimento da identidade étnica, pois essa comunidade passa a ser reconhecida como símbolo de uma identidade, passando a ocupar um novo lugar no cenário local.

A presença dos atores externos tem se revelado de fundamental importância para a comunidade alavancar sua organização interna, conseguir visibilidade externa e se fortalecer culturalmente, mesmo que paradoxal isto nos possa parecer.

Por sua vez, existe, por parte de seus integrantes, de um modo geral, uma consciência que a comunidade recebe investimentos externos, vinculados a políticas e programas de órgão governamen-

tais. Contudo, os próprios moradores não conseguem prosseguir com as suas ações, pois querem retorno rápido e não acreditam que suas iniciativas possam ter sucesso, e acabam dando continuidade ao ciclo vigente atual, onde a maioria dos moradores busca trabalho fora da comunidade. Porém, deve ser considerado também que nem todos os projetos contam com capacitações para gerir o produto final dos investimentos, o que seria uma intervenção incompleta, como por exemplo o Centro de Referência/Restaurante que foi construído e está sendo subaproveitado, uma vez que a comunidade não possui a prática cultural do comércio.

A pesquisa também nos revelou uma dificuldade dos quilombolas do Retiro para resolver problemas de organização comunitária quando estes podem ocasionar conflitos entre seus membros. No entanto, existem várias iniciativas comunitárias dos quilombolas neste sentido, mesmo que pontuais ou isoladas. As iniciativas de luta por direitos são mais tímidas, e ao longo da história da comunidade essas iniciativas estiveram apoiadas por atores externos.

Outro aspecto revelado, ainda, é que a Igreja Evangélica local, de presença histórica recente, tem influenciado, sobremaneira, no enfraquecimento das tradições da comunidade, como a Banda de Congo e práticas comunitárias (festas e mutirões). No entanto, no presente momento, a mesma não tem aumentado o número de fiéis, limitando a sua interferência nas práticas culturais de matriz africana ou católicas. Por outro lado, a vivência com os turistas, em sua maioria estudantes e outros grupos que buscam a vivência cultural, tem contribuído para o fortalecimento das identidades e para a revalorização da memória e das culturas locais, pois os jovens que estão trabalhando com o turismo tem a oportunidade de seguir aprendendo sobre a sua trajetória cultural.

Em resumo, o território de Retiro vem sendo produzido há mais de cem anos pelos seus moradores conforme sua lógica própria, no entanto, nas últimas décadas tem ocorrido a influência de atores externos nesse processo de construção do território. Apesar da quantidade de instituições presentes em Retiro, são os atores locais os protagonistas dessa configuração, e estes imprimem seu

próprio ritmo no desenvolvimento da comunidade. A contribuição dos atores externos tem sido muito importante, porém é a própria comunidade que conhece suas peculiaridades internas e tem condições de propor ações e projetos levando em consideração sua forma de organização.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Alfredo Wagner Berno de, “Os quilombos e as novas etnias”, en Eliane Cantarino O’Dwyer [coord.], *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*, São Paulo, aba/fgv, 2002, pp. 43-81.
- Barth, Fredrik, *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.
- Bonnemaison, Joël, “Viagem em Torno do Território”, en Zeny Rosendahl y Roberto Lobato Corrêa [coords.], *Geografia Cultural: um século (03)*, Rio de Janeiro, eduerj, 2002, pp. 83-131.
- Canto, Adéli Casagrande, *Quilombos e materialização de direitos através das Políticas Públicas: um estudo sobre o Recanto dos Evangélicos*, Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Santa Maria, Centro de Ciências Rurais-Universidade Federal de Santa Maria, 2008, 155 f.
- Cardoso de Oliveira, Roberto, *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, São Paulo, Pioneira, 1976.
- COEP, IBASE y FURNAS, *Plano de Ação de Desenvolvimento Comunitário de Retiro*, Rio de Janeiro, Tameirão, 2006.
- Coutinho, Ananda Bermudes, “Da Utopia à Realidade: a construção do sonho quilombola em Retiro, es”, en Carlos Eduardo Matheus [coord.], *Educação Ambiental: transformando utopia em realidade*, São Carlos, RiMa Editora, 2012, pp. 107-117.
- Ferreira, Simone Raquel Batista, *Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-es*, 2009 (Tese Doutorado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia-Universidade Federal Fluminense, 522 f.

- Fonseca, Haydeé Borges, *Quilombolas de Jambuaçu: seus saberes e educação como fator de politização e identidade*, 2011 (Dissertação Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-Universidade Federal do Pará, 119 f.
- Haesbaert, Rogério, “Território e Multiterritorialidade: um Debate”, em *GEOgraphia*, núm. 17, Niterói, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2007.
- _____, “Da Desterritorialização à Multiterritorialidade”, em *Encontro de Geógrafos da América Latina, 10*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005, pp. 6774-6792.
- _____, *O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- _____, “Território, Cultura e Des-Territorialização”, em Zeny Rosendahl y Roberto Lobato Corrêa [coords.], *Religião, Identidade e Território*, Rio de Janeiro, eduerj, 2001.
- Hall, Stuart, *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro, dp&a, 1997.
- Leite, Ilka Boaventura, “Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos”, em Alfredo Wagner Berno de Almeida [coord.], *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*, Manaus, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/uea Edições, vol. 01, núm. 2, 2010, pp. 18-41.
- _____, “Quilombos no Brasil, Questões Conceituais e Normativas”, em *Textos e Debates nuer*, núm. 7, Santa Catarina, ufsc, 2000, pp. 1-38.
- Lima, Robson Pereira, Ayres, Andrea Ribeiro, y Bartholo, Roberto, “Turismo de Base Comunitária sob a perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento: O caso da Praia do Sono”, em Seminário Internacional de Turismo, 11, Curitiba, obstur/ufpr/Universidade Positivo, 2009.
- Malcher, Maria Albenize Farias, “Identidade Quilombola e Território”, em *III Fórum Mundial de Teologia e Libertação*, Belém, wftl, 2009, pp. 399-421.

- Ministério do Desenvolvimento Agrário, *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul*, Bahia, 2010.
- Oliveira, Osvaldo Martins, *O Projeto Político do Território Negro de Retiro e suas lutas pela Titulação das Terras*, 2005 (Tese Doutorado em Antropologia), Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Federal de Santa Catarina, 396 f.
- Pinheiro, Thaís Rosa, “O Turismo Étnico de Base Comunitária e a reconstrução da Cultura Quilombola: o caso do Quilombo do Campinho da Independência”, en VIII Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, Iguaçu, Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, Foz do Iguaçu, 2014.
- Santos, Alexandra, “O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola”, en *Intratextos*, número especial 3, Rio de Janeiro, 2012, pp. 54-71.
- Souza, Marcelo Lopes, “Território do outro, problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético *versus* relativismo cultural”, en Zeny Rosendahl y Roberto Lobato Corrêa [coords.], *Religião, Identidade e Território*, Rio de Janeiro, eduerj, 2001, pp. 145-176.